



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**ESTANILEI PARANATINGA DOS SANTOS
GEASE FONSECA DA SILVA**

**“A CULTURA INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS E A
COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA”
2000-2016**

**Santarém-PA
2017**

**ESTANILEI PARANATINGA DOS SANTOS
GEASE FONSECA DA SILVA**

**“A CULTURA INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS E A
COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA”
2000-2016**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo,
como requisito para obtenção do grau de
Licenciatura Integrada em História e Geografia, da
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
sob a orientação de Karl Heinz Arenz.

**Santarém – PA
2017**

“A CULTURA INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS E A COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA” 2000-2016

*Estanilei Paranatinga dos Santos
Gease Fonseca da Silva*

Resumo:

O presente artigo objetiva entender como se realiza o ensino da cultura indígena no contexto escolar da escola não indígena Nossa Senhora Aparecida, na comunidade ribeirinha de Pedra Branca, localizada à margem esquerda do rio Tapajós. Visa analisar como as relações étnicas e culturais vêm sendo desenvolvidas na escola, quais suas dificuldades e limitações no ensino de História e Cultura Indígena, em especial no ensino fundamental, por parte dos professores, suas metodologias, recursos didáticos, pois existem preconceitos e reticências em relação à reafirmação étnica dos povos indígenas que está ocorrendo na região do rio Tapajós. Ante esta situação étnica e identitária complexa, a escola necessita usar metodologias que enfoquem a história dos ameríndios, comparando as culturas e fazendo os alunos perceberem que a culturas dos povos tradicionais da região do Tapajós têm origens indígenas. Esses fatores podem amenizar a problemática da existência do preconceito contra o indígena, facilitar o ensino da cultura indígena no ensino fundamental e entender mais a fundo os processos de reafirmação étnica. Os alunos têm o direito de saber a história sobre os indígenas de sua região e os professores de História são os maiores responsáveis nesse processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: cultura indígena, reafirmação étnica, ensino fundamental, rio Tapajós

Abstract:

This article aims to understand how indigenous culture is taught in the school context of the non-indigenous school Nossa Senhora Aparecida, in the riverside community of Pedra Branca, located on the left bank of the Tapajós river. It aims to analyze how ethnic and cultural relations are being developed at school, what difficulties and limitations are there in the teaching of History and Indigenous Culture, especially in primary education, by teachers, their methodologies, didactic resources, as there are prejudices and reluctance in relation to the ethnic reaffirmation of indigenous peoples that is taking place in the Tapajós River region. Faced with this complex ethnic and identity situation, the school needs to use methodologies that focus on the history of Amerindians, comparing cultures and making students realize that the cultures of the traditional peoples of the Tapajós region have indigenous origins. These factors can soften the problem of the existence of prejudice against the indigenous, facilitate the teaching of indigenous culture in elementary school and understand more profoundly the processes of ethnic reaffirmation. The students have the right to know the history about the natives of their region and the History teachers are the main responsible in this teaching-learning process.

Keywords: indigenous culture, ethnic reassertion, elementary school, Tapajós river

INTRODUÇÃO

A cultura indígena é um conhecimento valioso que precisa de uma atenção especial, sobretudo a ser trabalhada com responsabilidade na sala de aula, como forma de valorização e reconhecimento dos ameríndios, de sua importância e participação ativa na construção do processo histórico da nação brasileira e da região amazônica.

Esta afirmação suscitou o interesse para a realização do presente trabalho que visa contribuir ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, em especial no ensino fundamental da escola ribeirinha Nossa Senhora Aparecida no rio Tapajós, pois alunos, pais, gestor e funcionários da referida escola ainda enfrentam dificuldades no que se refere à valorização da cultura indígena que caracteriza as comunidades vizinhas.

Objetiva-se, pois, neste trabalho entender como se realiza, desde 2000, o ensino das culturas indígenas em uma comunidade não indígena que, no entanto, está consciente de sua “indianidade” e da onipresença de práticas e elementos culturais indígenas em seu cotidiano, sobretudo, costumes alimentares, expressões religiosas e tradição oral.

As comunidades nos arredores que se assumem como indígenas causam certa pressão às localidades vizinhas não indígenas, devido ao fato de estas não se considerarem como indígenas o que acaba gerando conflitos e até desarticulações na luta dos ameríndios pela posse da terra, pelo reconhecimento étnico e por um tratamento diferenciado por parte dos órgãos públicos. De fato, se todas as comunidades da região dos rios Tapajós e Arapiuns se declarassem indígenas, seria muito mais fácil conquistar seus direitos.

As aldeias indígenas que fizeram sua reafirmação étnica mostram a vitalidade do protagonismo indígena, que ressurgiu na década de 1990, ao contrário do que se encontra na maioria dos livros didáticos que afirmam o seu desaparecimento ou sua marginalização. Hoje eles estão aí mostrando sua origem, sendo protagonista de sua própria história e lutando por seu reconhecimento, seus direitos e suas terras.

Os métodos utilizados na elaboração do presente artigo foram, como base na História Oral, entrevistas com moradores da aldeia de Solimões e da comunidade Pedra Branca, ambas localizadas à margem esquerda do rio Tapajós, além de fotos e artefatos. Também as experiências vividas pelos autores foram importantes, pois são professores que atuam na comunidade supracitada e estão inseridos neste processo histórico.

Em vista da análise bibliográfica embasou-se principalmente nos livros: “O Caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)” de Daniel

Munduruku, “Povos Indígenas & Educação” de Maria Aparecida Bergamaschi, “Interações: raízes históricas brasileiras” de Maria Bergamin Neves, “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” de Darcy Ribeiro; nos artigos: “Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)” de Karl Heinz Arenz, “O movimento indígena no Baixo Rio Tapajós” de Florêncio Almeida Vaz Filho; no Caderno Nova Cartografia “Resistência e mobilização de Povos Indígenas do Baixo Tapajós”, organizado por Alfredo Wagner de Almeida e Rosa Acevedo Marin e, enfim, na tese de doutorado: “A Emergência étnica de Povos Indígenas o rio Tapajós” de Florêncio Almeida Vaz Filho, entre outros.

O texto se compõe de três itens-chave. O primeiro versará sobre a reafirmação étnica no rio Tapajós; o segundo enfocará a comunidade Pedra Branca, dando ênfase a seu perfil socioétnico e sua relação com a aldeia indígena vizinha; enfim, o terceiro abordará a questão do ensino da História e Cultura Indígena no ensino fundamental, em uma escola não-indígena frequentada por alunos cientes de suas raízes ameríndias.

1. REAFIRMAÇÃO ÉTNICA NO RIO TAPAJÓS

Os indígenas da região Amazônica pertenciam e pertencem a muitos povos diferentes com crenças religiosas, trajetórias históricas e formas de organização diferentes. Muitos grupos, sobretudo no vale do rio Tapajós, foram do tronco etnolinguístico Tupi. A chegada de soldados, missionários e colonos europeus, desde o século XVII, resultou na desintegração de muitos povos e culturas indígenas, mas também em uma intensa mestiçagem. Desses processos surgiu, segundo Darcy Ribeiro, o caboclo amazônico. O autor afirma que os índios da região, devido às interferências ficaram sem identidade cultural específica e continua que

A eles se juntaram mais tarde grande massa de mestiços gestados por brancos e mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a ser europeus, e falando Tupi se dissolveram na condição de caboclo (RIBEIRO, 2000, p. 319).

A mestiçagem reconfigurou, mas não destruiu, as matrizes étnicas indígenas. Estas permaneceram presentes em muitas práticas e elementos culturais e sociais, além da Língua Geral, o *nheengatu*. Um aspecto que contribuiu profundamente para a transformação étnica dos povos amazônicos foi a chegada das missões religiosas comandadas primeiramente pelos franciscanos e, depois, sobretudo, pelos jesuítas. Os

índios foram aldeados, isto é, confinados em um espaço para fins de catequização e trabalhos compulsórios (ARENZ, 2014).

Esses aldeamentos foram fundamentais para a integração dos indígenas na sociedade colonial. Assim, eles eram indispensáveis como remeiros para o transporte de pessoas e bens, pois tinham profundo conhecimento sobre a região.

Se no interior das missões, apesar da rotina de catequese e trabalho, era possível preservar elementos-chave das culturas indígenas, como a alimentação ou a língua, o regime do Diretório dos Índios, entre 1759 e 1798, previu a “civilização” completa dos mesmos, visando transformá-los em agricultores, falantes do português. Daniel Munduruku qualifica esses métodos como etnocídio:

A catequese e educação ministrada aos povos indígenas significaram na verdade, o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada por imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e a consequente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio, num processo diverso do genocídio, porém com resultados igualmente nefastos para o povo dominado (MUNDURUKU, 2012, p. 29)

Esta profunda reconfiguração cultural pela qual passaram os indígenas tornou-os quase invisíveis, ao ponto de considerá-los “povos extintos”. Desde os anos 1990 estão ressurgindo novamente como protagonistas de sua própria história, por meio de movimentos de lutas em prol de seus direitos, suas terras e seu reconhecimento oficial. As lutas estão bem organizadas e contam com o apoio de integrantes da Igreja Católica, ao menos inicialmente, de órgãos próprios como o Grupo de Consciência Indígena (GCI), o Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA) e, em parte, de funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O protagonismo indígena retorna de forma tão organizada que chega a causar espanto e incomodar os governantes locais e regionais. Os indígenas lutam de maneira coletiva, tem agendas bem formuladas, não tem medo de reivindicar e contam com muitos integrantes comprometidas, como líderes mais instruídos, indígenas acadêmicos, professores indígenas, entre outros.

Percebe-se que, desde os anos 1970, os indígenas começaram a abandonar uma vida passiva e, muitas vezes incentivados pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI), um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a organizar assembleias e encontros das lideranças. Daniel Munduruku fala sobre este apoio da Igreja Católica na organização indígena:

Eles [bispos e padres] também aguçaram o protagonismo indígenas, fazendo esse povo abandonar uma atitude passiva ou defensiva e tornado-o mobilizador da consciência na defesa de seus direitos. Essa tomada de consciência se dá de modo especial quando as lideranças percebem que são sujeitos de direito dentro da sociedade anfitriã (2012).

A população tradicional, majoritariamente de origem indígena, cabocla ou quilombola, que habita às margens dos rios da Amazônia ficou por muito tempo vista com desdém pelos governantes, como se não tivessem importância, nem fizessem parte do Brasil, ficaram passivos em relação a seus direitos, suas terras e sua própria e até sua identidade.

Essa invisibilização histórica despertou em algumas comunidades que estão localizadas às margens do rio Tapajós o desejo de serem reconhecidas como indígenas. Durante muito tempo foram chamados, genericamente, de ribeirinhos, caboclos, índios ou população tradicional, sem ter um etnônimo específico.

Em busca de terem seus territórios e seu jeito de ser reconhecidos, essas localidades se organizam há quase vinte anos. No Tapajós existem muitas comunidades que ainda não se declaram indígenas e isso acaba causando certos entraves aos ameríndios na luta pela conquista de seus direitos, pois se toda a população dos rios Tapajós e Arapiuns, que vivem a mesma situação, fizessem a reafirmação étnica, como ocorreu na aldeia de Solimões e em outras localidades, seria uma luta por educação, saúde e terra mais articulada ainda.

Com todas as comunidades declaradas indígenas seria muito fácil organizar-se e conseguir o que desejam. Se evitaria os conflitos socioambientais que vêm ocorrendo no Baixo Tapajós devido às políticas de desenvolvimento do setor privado, impactam na vida dos que vivem nas margens do rio, como ameaças de morte contra as lideranças, madeireiras clandestinas, pesca predatória, caça por estranhos, e outros. Tudo isso deixa os indígenas incomodados. Mesmo assim, tentam organizar-se para impedir que maiores danos sejam causados a eles. Veja o que se lê no Caderno Nova Cartografia 1:

As situações identificadas dizem respeito aos impedimentos de acesso de recursos primordiais oferecido livremente pela natureza tanto pelo setor público quanto por outros agentes sociais. Situações de ameaças de morte são constantes nos rios principais como: Tapajós, Maró, Arapiuns, tendo como principais causas as atividades de madeireiras clandestinas, da pesca predatória, realizada por geleiras de empresas originárias de outros lugares e municípios, caça a fauna por estranhos. Grandes empreendimentos econômicos são apontados como agentes

que provocam transformação irreversíveis ao equilíbrio da natureza são particularmente os latifundiários ligados à pecuária e ao agronegócio da soja que ocupam extensas áreas desmatadas, além de contaminar o solo e as nascentes do rio (ALMEIDA & MARIN, 2014, p. 17).

Diante da problemática que vivem a população tradicional do Tapajós, muitas comunidades que têm conhecimento e consciência dos danos ambientais e das perdas que os mesmos poderão ter, se declaram como indígenas, tentando assim garantir sua sobrevivência cultural e a posse definitiva de suas terras.

As lutas pela reafirmação étnica no rio Tapajós iniciaram com a ajuda de agentes da Igreja Católica e de órgãos, como a FUNAI, entre outros, em meados de 1990. O começo se deu na pequena comunidade chamada Takuara, cujos moradores declararam-se, nos finais de 1998, como indígenas, devido à luta por seus direitos e suas terras e, também, para atender o pedido do patriarca da localidade chamado Laurelino Floriano considerado por eles como curandeiro e conselheiro. Florência Vaz Filho escreve:

Ainda em fins de 1998 aconteceu um fato marcante na história regional: o pequeno vilarejo chamado Takuara, localizado à margem direita do rio Tapajós, município de Belterra, assumiu publicamente sua identidade indígena. A decisão foi tomada após o falecimento do seu líder, o curador Laurelino (31/05/1998), que provocou grande comoção entre as famílias, que se reuniram para escutar, repetidas vezes, a entrevista que ele me concedera, em 1994 e 1995. Causou profunda reflexão os trechos em que ele dizia que era índio, filho de pais “puro índio”, e que não se envergonhava dessa condição. Com essas palavras ecoando nas mentes, os filhos do falecido pajé sugeriram aos outros moradores que deveriam se assumir como índios e buscar a demarcação das suas terras (VAZ FILHO, 2010, p. 20).

Diante dessa afirmação, recordando a fala de Laurelino ao dizer que se declarava como índio e não tinha vergonha de sua origem, desperta desconfiança na versão contada por certos pesquisadores em afirmar que os indígenas desapareceram e que, no lugar deles, existiria o caboclo, o ribeirinho, sem identidade, vivendo isolado e definido por alguns de preguiçoso, confirmado por Karl Arenz:

Embora constituam, numericamente, uma população considerável – nas estatísticas demográficas oficiais, submetida na categoria “pardos” –, os ribeirinhos foram, durante muito tempo, percebidos pela sociedade circunstante como indivíduos “incompletos”, tanto em termo étnicos, pois tidos como índios não genuínos, quanto políticos, porque vistas como pessoas deficitariamente “civilizadas” ou integradas (ARENZ, 2015, p. 29).

A comunidade de Takuara recorreu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Itaituba em busca de sua reafirmação étnica como índios e garantir a posse e demarcação de suas terras. Esta comunidade, ao se declarar publicamente como indígena, passou então a chamar-se de Aldeia de Takuara. Seu exemplo de coragem deu impulso à outras comunidades dos rios Tapajós e Arapiuns, que mais tarde abraçaram a causa lutando por seus direitos, vencendo as vozes que durante muitos anos os fizeram calar-se e viver esquecidas pelos governantes.

No contexto atual, existem treze povos indígenas que, por necessidade de se articularem melhor, criaram o Conselho Indígena dos rios Tapajós-Arapiuns (CITA), um órgão criado pelos indígenas destes locais em 2000 com o objetivo de facilitar e dar mais força aos movimentos indígenas. O CITA é o principal representante político frente à FUNAI e outros órgãos públicos.

Outro órgão que vem se destacando em defesa dos indígenas do Baixo Tapajós é o Grupo Consciência Indígena (GCI), criado em 1997 por Florêncio Vaz. O grupo objetiva ajudar na organização e formação políticas dos indígenas, na animação desses povos, na divulgação e articulação dos movimentos e interesses referentes aos indígenas. Esses dois órgãos passaram a organizar e mobilizar os índios a lutarem em busca de seus direitos. Trata-se dos povos Tapajó, Kumaruara, Tupaiú, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapú, Munduruku, Cara Preta, Apiaká, Cobra Grande, Arara Vermelha, Jaraki (VAZ FILHO, 2012, p. 280).

Nas margens do baixo Tapajós nos dias atuais existem quinze aldeias que somadas às do rio Arapiuns totalizam-se em sessenta e cinco. Com o passar do tempo o número tende a crescer, pois existem comunidades que já estão se mobilizando para realizar sua reafirmação étnica. Ao fazê-lo, os moradores apontam que a herança cultural indígena se manteve vivo em suas aldeias e está presente na alimentação, na forma de organização, no cultivo da terra, na crença nos encantados e nos pajés, nas terras pretas que são encontradas facilmente às margens do rio Tapajós (VAZ FILHO, 2012, p. 306,).

Hoje essas lutas ainda continuam, principalmente em questão ao reconhecimento de sua terra, como já foi mencionado anteriormente, isso vem gerando grandes conflitos fundiários por parte das políticas em prol do progresso, que se manifesta na exploração de recursos naturais, na retirada de madeira de forma ilegal por madeiras clandestinas, na pesca não autorizada por embarcações com geleiras, na caça de animais

por pessoas desconhecidas, na implantação de hidrelétricas, no cultivo da soja e, até mesmo, em conflitos entre os próprios indígenas.

Apesar de a) a Constituição Federal dispor, no art. 231, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, e direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, e b) o Estatuto do Índio (lei 6.001/73), no art. 3º, definir a particularidade do índio enquanto “indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico” com características culturais distintos, os indígenas ainda têm esses legítimos direitos violados.

A reafirmação étnica no rio Tapajós realizada pelos povos indígenas é um grande passo para a conquista de seus direitos, seu reconhecimento de sua identidade, suas terras e seus direitos. E esses aspectos precisam serem respeitadas por “todos”. Como afirma Ana Maria Neves Bergamin, “É necessário reconhecer e valorizar a identidade étnica específica de cada sociedade indígena, compreender sua língua, e suas formas tradicionais de organização social, de ocupação de terra e de uso de recursos naturais” (BERGAMIN, 2012, p. 84).

2. A COMUNIDADE RIBEIRINHA DE PEDRA BRANCA

Com já assinalado, não todas as comunidades tradicionais da região do Tapajós e Arapiuns se consideram indígenas. Existem diversas localidades que tem receios ou relutância em se assumir como tal, afirmando que não são índios e se definem como ribeirinhos. Mesmo, assim, os moradores sabem de suas origens genéticas e de seus hábitos culturais, que são indígenas, e são cientes de que as lutas pela posse da terra e por mais respeito são as mesmas. Isso é o caso da comunidade de Pedra Branca que se declara não indígena.

A comunidade de Pedra Branca foi fundada no dia 25 de março de 1982 e está localizada à margem esquerda do rio Tapajós. Sua população é de aproximadamente 453 pessoas. Tem como principal atividade econômica a produção de mandioca e seus derivados, tais como farinha, farinha de tapioca, beiju, tucupi e entre outros, além da coleta de sementes da floresta. Os moradores praticam também a caça e a pesca para sua subsistência.

A comunidade de Pedra Branca tem uma escola de alvenaria que atende os alunos do ensino fundamental e ensino médio. A localidade dispõe de água encanada e tem uma biblioteca pública, um barracão comunitário, uma casa de oração da Igreja da Paz e uma capela da Igreja Católica que tem como padroeira Nossa Senhora Aparecida.

Os moradores de Pedra Branca afirmam que a comunidade recebeu este nome devido a algumas pedras grandes e brancas, parecidas com giz, que são visíveis somente no verão na praia em frente à localidade.

O perfil socioétnico da comunidade de Pedra Branca

Na comunidade é possível encontrar muitas pessoas que apresentam características fenotípicas indígenas, como exemplo a moradora mais antiga de Pedra Branca. De fato, as terras pretas e, mais ainda, muito objetos de cerâmica, produzidos por grupos que há muito habitaram o lugar, tais como muiraquitã, vasos, potes, figuras de animais, urnas mortuárias e outros, mostram que indígenas moraram na localidade antes que ela recebesse esse nome.

Além disso, os moradores primitivos deixaram seus traços na alimentação, no modo de vestir, nas práticas da agricultura e do extrativismo, como também na linguagem cotidiana. Palavras como curumim para menino ou manicuera, tarubá, caxirí para determinadas bebidas, e a crença em encantados e no poder curativo das plantas e de certas pessoas são de origem ameríndia.

Apesar desses fatos e vestígios, a comunidade não se considera indígena. No entanto, comumente afirmam que seus avós eram índios. Ao falar dos índios das comunidades vizinhas sente-se, no falar dos moradores de Pedra Branca, uma postura preconceituosa. Esta parece mais uma estratégia para se distinguir dos vizinhos, mas reflete também o quanto o discurso negativo acerca do índio está presente se difundiu e enraizou. Neste sentido, Maria Aparecida Bergamaschi observa:

Para os não indígenas, a denominação índio tem um sentido pejorativo, expresso historicamente por preconceitos e discriminações. Na escola principalmente predominam visões estereotipadas dos povos indígenas oscilando entre a concepção romântica de um indígena puro inserido na natureza, ingênuo e vítima e um índio bárbaro, selvagem e preguiçoso, empecilho para o progresso (BERGAMASCHI, 2012, p. 9).

Partindo dessa constatação é possível compreender porque os moradores de Pedra Branca negam suas origens e traços indígenas; certamente para evitar que sofram, por sua vez, preconceitos, pois na comunidade existem pessoas que consideram,

abertamente, os indígenas inferiores e não aceitam ser chamada de indígenas. Esta situação complexa, a saber, a presença visível da herança indígena e a circulação de um discurso negativo acerca dos índios, precisa ser trabalhado em sala de aula.

Como o preconceito existe, percebe-se que os moradores estão confusos em relação a sua própria identidade. Assim, a grande maioria também não aceita ser chamado de caboclo, pois sabem que esse termo tem a conotação de “preguiçoso” e “desconfiado”, afinal, evoca alguém que não sabe expressar-se e vive isolado da sociedade.

Como se sabe, existem muitas definições ao termo caboclo. Historicamente, ele recebeu esta carga negativa. Mas, a definição corriqueira não condiz com a realidade, pois caboclo se aplica também às pessoas que habitam as margens dos rios, são comerciantes, donos de barcos, fazem plantações de mandioca, criam galinhas, sabem cultivar a terra, cuidar do meio ambiente, são lideranças em suas comunidades, muitos são escolarizados, sabem negociar, tem conhecimentos de ervas que curam, não aceitam de forma passiva a invasão dos grandes projetos que estão destinados à região e fazem questão de mandar suas crianças para a escola (ARENZ, 2015).

As afirmações supracitadas se concretizam na fala da moradora, Dona Vanda Correia. Ao perguntar: “Você se considera indígena ou ribeirinha?”, ela respondeu: “Ribeirinha. Não me considero indígena. Eles usam flechas, andam nus, e são considerados como pessoas que tem dificuldade para aprender, não sabem falar, usam pinturas estranhas. E muito menos cabocla, que é uma pessoa acanhada e preguiçosa.”

Ao analisar a resposta da moradora de Pedra Branca percebe-se que existe uma opinião bem estereotipada em relação aos indígenas e aos caboclos, embora se tenha a noção de estar ligado – mais por outros, do que por si mesmo – a estas categorias de cunho étnico. Outros moradores confirmam que são descendentes de índios, mas não têm coragem de se declararem como tais, porque temem de serem discriminados como os moradores da aldeia vizinha de Solimões o são por suas comunidades vizinhas.

Podemos constatar que os moradores da comunidade de Pedra Branca se dividem em dois grupos no que concerne a opinião uma eventual identidade indígena: uns não a assumem por medo de serem discriminados e outros por preconceito. Este resultado aponta também para a necessidade de abordar esta questão sensível em sala de aula, principalmente nas disciplinas História e Geografia.

Os educadores necessitam desenvolver ações pedagógicas, no ensino fundamental, voltadas para amenizar essa situação complexa. Convém focalizar,

sobretudo, o preconceito existente contra os indígenas. A escola pode fazer essa mudança. Agindo assim, será possível fazer os moradores de Pedra Branca refletir sobre seus atos e mudarem suas atitudes em relação aos indígenas, que, por suas lutas e sofrimentos merecem o respeito e o reconhecimento de todos. Veja algumas fotos dos locais públicos da comunidade. Ela possui uma sólida infraestrutura que, por sua vez, revela claramente traços indígenas.



Fig. 1: Local de encontro e reunião dos moradores de Pedra Branca.

Fonte: Gease Fonseca da Silva (2017).

A foto acima mostra o chapéu e o barracão comunitário, local onde os moradores se reúnem para fazer festas, reuniões e tomar decisões importantes quando necessário. Vê-se que, mesmo sendo de alvenaria coberta com telha, a construção tem traços de uma oca em sua forma. Além disso, a maneira como nela ocorrem as festividades ou rodadas de conversas revela origens indígenas.



Fig. 2: Igreja da comunidade de Pedra Branca. **Fonte:** Gease Fonseca da Silva (2017).

Também a igreja dedicada a Nossa Senhora Aparecida também está ligado ao universo indígena, pois o catolicismo lúdico que se introduziu nas missões foi incorporado pelo índios aldeados e praticados mesmo após a expulsão dos padres, em 1759 (ARENZ, 2012). Assim, como todas as capelas católicas na região, também a de Pedra Branca é a principal referência quando se festeja todos os anos as festividades de Nossa Senhora Aparecida, padroeira desta comunidade. O mesmo acontece em outras localidades – indígenas e não-indígenas – na região do Tapajós e Arapiuns.

A relação da comunidade Pedra Branca com a aldeia Kumaruara

A Aldeia de Solimões é vizinha de Pedra Branca. Ela foi fundada no ano de 1950 e está localizada à margem esquerda do rio Tapajós. Sua população é de aproximadamente de 295 pessoas com 44 famílias que sobrevivem da caça, da pesca, da coleta de sementes da floresta e do cultivo de mandioca e da produção dos derivados da mesma. No primeiro momento essa localidade era chamada de comunidade.

No ano de 1840 existia na localidade Solimões apenas uma moradora, Antônia Rodrigues, depois, mais seis famílias, as senhoras Domingas Matos, Camila, Tarcila, Torquato, Raimundo Rodrigues e sua prole. Esses moradores eram indígenas, sobreviventes da cabanagem. A comunidade recebeu esse nome porque existia no lugar um homem chamado Anastácio, que havia trabalhado no rio Negro e conheceu o rio

Solimões, sendo que achou esse nome bonito. Resolveu então chamar o a localidade de Solimões.

No ano de 1958 as famílias foram aumentando. Perceberam então que necessitavam de educação escolar e construíram uma maloca para funcionar como sala de aula, sendo que os pais pagavam com seu próprio dinheiro a professora. Esta instituição escolar provisória só foi reconhecida pelo município a partir de 1960. Bem antes, em 1940, a comunidade de Solimões escolheu como padroeira Nossa Senhora das Graças, a pedido de Virgília, mais conhecida como Tapuia. A localidade não parava de crescer e a forma como viviam os primeiros habitantes foi mudando com o tempo.

Segundo relatos dos entrevistados na aldeia de Solimões, os primeiros moradores eram índios, moravam em ocas, dormiam em cima de palha, as crianças andavam nuas até aos doze anos de idade, repartiam os alimentos entre si, sendo que essa divisão era chamada de putaua. Suas louças eram feitas de barro, madeira, cuieira. A língua falada entre eles era o nheengatu. Os entrevistados afirmam que a cultura de seus pais e avós indígenas ainda está muito presente e que seus ancestrais já moraram na localidade.

Por essa coesão interna, a força da memória e a luta pelos direitos, Solimões seguiu o exemplo de Takuara e, no dia 15 de março de 2010, a comunidade se declarou publicamente como aldeia. Os indígenas da aldeia de Solimões se identificam como povo Kumaruara. Seu muiquitã é um morcego, pois, segundo eles, é um animal esperto que semeia as sementes das árvores, dando vida à floresta e aos seus habitantes. Afirmam ainda que as comunidades de Pedra Branca, Santi, Capixauã, Vista Alegre de Capixauã, Carão e Anumã fazem parte da mesma nação supracitada.

Ao contrário de Pedra Branca, onde os habitantes não se identificam como indígenas, o povo Kumaruara tem orgulho de suas raízes e estimula outras localidades a seguirem seu exemplo. Afinal a cultura indígena, o modo de viver, de se alimentar, a crença e inúmeros artefatos remetem aos antigos moradores indígenas no rio Tapajós.

As pessoas das duas localidades mencionadas anteriormente, apesar dos estereótipos e preconceitos que existem em relação aos indígenas que, às vezes, gera atritos e discussões, conseguem conviver bem. Elas têm um bom relacionamento, dividem um mesmo cotidiano, se socializam por ocasião das festividades das padroeiras, dos jogos de futebol e partilham os lagos onde se realizam as pescas. Há poucos problemas, pois, na realidade, não há nenhuma contrastividade cultural entre eles.

Partindo desses pressupostos é importante que a cultura indígena seja trabalhada na escola no ensino fundamental por todos que estão envolvidos no processo educacional, para que os alunos percebam que em questões culturais as comunidades Pedra Branca e a aldeia Kumaruara-Solimões são iguais. Dessa forma, os indígenas e seu legado podem ser respeitados e valorizados.

O preconceito contra os que se declaram indígenas é um fator preocupante nas comunidades do rio Tapajós e quem mais sofrem com essa questão são os alunos que muitas vezes acabam tendo vergonha de falar publicamente que são indígenas. E isso acontece devido à falta de valorização das culturas indígenas que deveriam ser trabalhadas de forma mais criativa no âmbito escolar, abordando a verdadeira história, sobre as contribuições dos nativos ao Brasil e principalmente com cuidados especiais dos educadores.

Um lugar privilegiado para trabalhar os estereótipos e os preconceitos contra os indígenas é a escola. A instituição pode contribuir de forma positiva nesse processo, mas depende de cada professor fazer sua parte. Só assim será possível acabar com as tensões entre aldeia indígena e comunidade ribeirinha. Os achados arqueológicos podem ser, neste sentido, um meio importante, caso utilizados de forma bem didática.

Vê-se abaixo nas fotos alguns a) de artefatos indígenas que foram encontrados na aldeia de Solimões, b) de uma casa de farinha e c) de uma residência que demonstra as influências indígenas, neste caso, do povo Kumaruara. Artefatos e construções parecidas podem ser facilmente encontrados nas comunidades vizinhas, inclusive Pedra Branca.



Fig. 3: Casa de uma moradora indígena na Aldeia Kumaruara. **Fonte:** Walter Oliveira (2017).

A casa da indígena Zuzete¹ na aldeia de Solimões tem, como a maioria das moradias no interior, características indígenas (sem janela, cozinha externa, cobertura de palha, terreno limpo em volta). A dona da casa confirma ser índia porque seus avós e pais eram os primeiros habitantes da localidade. Segundo ela, esses moravam em oca, andavam nus, produziam suas louças, bebidas, alimentos e artesanato, além de utilizarem as ervas da terra para praticar a cura.

Com eles, aprendeu, de forma oral, tudo que ela sabe hoje. A indígena Suzete é a curandeira e parteira da aldeia e tem conhecimento sobre as ervas que curam. As pessoas de Pedra- Branca, Solimões e as comunidades vizinhas vão até sua residência quando estão doentes e, em geral, se dizem satisfeitos com o resultado de seu trabalho. Ela não pede pagamento, é uma ação gratuita.

As fotos abaixo mostram artefatos que são muito importantes para o povo Kumaruara, pois são interpretados como provas da presença contínua na região do rio Tapajós.

¹ RODRIGUES, Suzete Matos, mais conhecida como Suzete, 67 anos, aposentada, parteira, moradora da aldeia de Solimões. Entrevista cedida em 29/08/2017.



Fig. 4: Corpo de preguiça. **Fonte:** Walter Oliveira (2017).



Fig. 5: Cachimbo e cabeça de macaco. **Foto:** Walter Oliveira (2017).

As fotos acima são artefatos encontrados pela professora indígena Sílvaney Maria Farias. Segundo ela, essa é uma prova concreta de sua origem, pois as peças foram produzidas pelos primeiros indígenas de sua etnia à qual tem muito orgulho de pertencer. Afirma que esses vestígios lhe dão coragem e força para lutar pela posse da terra.



Fig. 6: Uma preguiça. **Fonte:** Walter Oliveira (2017).

A foto da preguiça, é um artefato que pode ser encontrado com facilidade em outras localidades do rio Tapajós. Para os moradores, os artefatos são muito importantes porque ajudam a confirmar suas identidades. Diante desses objetos, poucos duvidam da marcante presença indígena na região.



Fig. 7: Cabeça de morcego. **Fonte:** Walter Oliveira (2017).

A cabeça do morcego é uma peça muito rara e importante. Segundo a professora Silvany Maria Farias ele é o muiraquitã, o símbolo que representa a nação Kumaruara.



Fig. 8: Casa de farinha. **Fonte:** Iolanda Oliveira (2017).

A casa de farinha é outra construção de origem indígena. Ela é fundamental para a produção de alimento, basicamente da farinha e de outros derivados da mandioca.



Fig. 9: Forno de fazer farinha. **Fonte:** Iolanda Oliveira (2017).

O forno é utilizado para torrar a farinha, é bastante utilizado pelos indígenas na preparação de outros alimentos. Ele também é usado nas comunidades ribeirinhas.



Fig. 10: Gareira, objeto para armazenar a massa da mandioca. **Fonte:** Iolanda Oliveira (2017).

A gareira é outro objeto que é usado na casa de farinha. Nela é armazenada a massa da mandioca antes de ser levada ao forno. Os materiais que se utilizam para fazer farinha, também são usados para fazer outros produtos derivados da mandioca tais como: beiju, farinha de tapioca, crueira, entre outros.



Fig. 11: Igreja da aldeia de Solimões. **Fonte:** Gease Fonseca (2017).

A igreja de solimões é um monumento histórico, pois já tem 45 anos de existência. De fato, os indiginas do local consideram-se, em sua maioria, católicos, tendo a festa anual de sua padroeira, Nossa Senhora das Graças, grande importância.

Todas essas fotos dão suporte para a identidade do povo Kumaruara e, também, da comunidade de Pedra Branca, visto que em questão de comportamento, religião, alimentação, linguagem, organização, terapia popular, lendas ou conhecimentos práticos não diferem uma da outra.

A diferença entre as duas localidades é apenas que a aldeia de Solimões fez sua reafirmação étnica como indígena, enquanto Pedra Branca não se considera como tal e demonstra receio em fazê-lo, embora possua uma clara consciência de sua indianidade.

3. O DESAFIO DO ENSINO DA CULTURA INDIGENA

A cultura indígena sempre esteve presente na história do Brasil desde os primórdios, influenciando constantemente as diferentes tradições do país. Considerando a importância que a escola tem de estar atenta à causa indígena, é necessário inserir no currículo escolar os elementos da cultura indígena conforme prevê a lei 11.645, sancionada em 11 de Março de 2008. Ela obriga as escolas a incluir elementos da cultura indígena no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

Essa iniciativa é vista como positiva propicia aos alunos maior oportunidade de conhecer o processo de construção do país bem de compreender melhor sua própria história, visto que povos e culturas indígenas fazem parte da rica formação cultural brasileira. Na escola Nossa Senhora Aparecida da comunidade Pedra Branca este objetivo ainda não foi alcançada.

Os educadores da escola supracitada encontram dificuldades no que se refere ao ensino da cultura indígena, principalmente pela existência de esterótipos em relação aos ameríndios, principalmente, os da aldeia de Solimões que assumiram sua identidade étnica recentemente. Os moradores de Pedra Branca não fizeram o mesmo. Diante desta aparente contradição de duas afirmações étnicas diferentes, de um lado, e de um conjunto de práticas culturais em comum, por sinal, de matriz indígena, levanta-se a questão do ensino escolar que leve em conta esta situação complexa.

O ensino da cultura indígena no ensino Fundamental da escola Nossa Senhora Aparecida é, por isso, precário, o que incomoda alunos, pais, professores e diretor. Vários fatores explicam esta situação, como por exemplo o resultados de metodologias utilizadas pelo professor que ensina de forma equivocada os assunto sobre os indígenas, não aprofundando sua cultura ou não estabelecendo comparações analíticas com modos de vida não indígena. Esses métodos poderam amenizar os esterótipos e preconceitos existentes.

Assim, as ações pedagógicas realizadas em sala de aula, sobretudo nas aulas de Histórias, raramente apontam a importância da participação dos ameríndios em todo o momento da história do Brasil e, mais ainda, da Amazônia e do Pará. Geralmente, eles são representados como ser passivos, omitindo-se de falar de seu protagonismo na construção da sociedade brasileira e amazônica.

Outro fator que impede que a cultura indígena seja desenvolvida, de maneira satisfatória, é a forma equivocada como são trabalhados os conteúdos da disciplina História e matérias afins. Como exemplo, nas aulas de literatura, os indígenas são lembrados raramente quando se fala do romantismo. Ou quando se aborda a migração de europeus para o Brasil, de acordo com os livros, se aponta quase exclusivamente o desenvolvimento trazido por esses, não informando o aluno acerca dos impactos nas populações nativas que ocuparam o território. Ou, ao falar dos motivos que levaram à promulgação da Lei de Terras de 1850, se menciona, em geral, o fim do tráfico negreiro e substituição da mão de obra escrava no Brasil, mas sem lembrar que as terras das quais se dispôs foram tirados dos índios. Maria Aparecida Bergamaschi aponta:

Assuntos não tratados nas aulas de historia, é a promulgação da famosa lei de terra de 1850 que é sempre relacionado ao fim do trafico negreiro e a substituição da mão de obra escrava pela livre. Silencia-se, porém, sobre o fato de essa legislação ter servido para invadir terras indígenas e deslocar população de índios (BERGAMASCHI, 2012, p. 59).

O professor de Historia, assim como o de outras disciplinas, precisa estar atento à elaboração de suas aulas. É necessário que ele inclua em seus conteúdos a contribuição que os ameríndios deram na formação do país, suas lutas, suas perdas, suas estratégias para sobreviver.

Mas, a história indígena não é trabalhada somente nas aulas de História e em livros didáticos, pois apresentam os assuntos de forma limitada. Além disso, o dia 19 de abril, Dia do Índio, ao invés de esclarecer, tende reforçar ainda mais o preconceito, sugerindo um índio folclórico e distante, em vias de desaparecimento. Mas, o contexto escolar oferece oportunidade de fazer debates mais aprofundadas, recorrendo a informações e conhecimentos locais e estabelecendo comparações mais sérias.

Na hora de trabalhar a cultura indígena em escolas rurais do rio Tapajós, o professor pode utilizar metodologias que visem valorizar os indígenas locais tais como: fazer caminhadas nas praias e comunidades para encontrar artefatos, montar o cantinho na sala de aula com peças providas das culturas indígenas, montar um livro artesanal com os momentos mais importantes da participação ativa dos ameríndios na formação do país e/ou da região, salientando o protagonismo indígena na locomoção dos europeus pelos rios amazônicos ou na descoberta e coleta das drogas do sertão e da borracha.

Outras sugestões são: fazer um dicionário ilustrado com palavras da origem tupi ainda utilizados para nomear as comunidades da região do Tapajós, serras, rios, aves, insetos, peixes, frutas, árvores e alimentos que fazem parte do vocabulário dos alunos tanto indígenas quanto não indígenas, organizar um festival com comidas indígenas e apresentação de danças indígenas, fazer uma horta com ervas medicinais, realizar oficinas de produção de artesanatos.

Os alunos, índios e não-índios, precisam conhecer mais a fundo a história sobre os primeiros habitantes do Brasil, pois só conhecem a versão dos livros didáticos que, apesar de já incluírem mais informações, ainda não revelam claramente as múltiplas origens e agência históricas dos ameríndios. (FREITAS, 2012, p. 25). Sobretudo, em uma região como o Baixo Tapajós, o ensino da História e Cultura indígena há de ser executada na escola com muita responsabilidade. Só assim será possível desenvolver

um processo de ensino-aprendizado em que as diversidades culturais sejam mutuamente valorizadas e preconceitos desconstruídos, dando lugar a mais respeito, solidariedade e igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar esse artigo foi possível perceber que o ensino da História e Cultura indígena na escola Nossa Senhora Aparecida é precário que necessita ser trabalhado com um olhar mais atento pois é possível perceber a existência de estereótipos e preconceitos por parte dos alunos e comunitários que residem em Pedra Branca em relação aos ameríndios, principalmente os da aldeia vizinha de Kumaruara.

A reafirmação étnica que vem ocorrendo no Baixo Tapajós constitui, segundo os indígenas da aldeia Kumaruara e outros, um meio para garantir seus direitos à posse da terra, a uma educação e saúde diferenciadas, ao respeito pela sua cultura e ao reconhecimento de sua identidade. Este posicionamento claro dos indígenas contrasta com a relutância de seus parentes não indígenas que, no entanto, compartilha as mesmas práticas culturais e o mesmo universo religioso.

No decorrer do artigo percebeu-se que os não indígenas têm consciência de sua indianidade, mas estão com receio em assumir sua origem, parcialmente, devido ao preconceito histórico que existe contra o indígena. A inexistência de uma contrastividade cultural ajuda, no dia-a-dia, amenizar conflitos maiores.

O educador pode usar metodologias que compare as culturas das duas localidades – Pedra Branca e Kumaruara-Solimões –, atentando sempre à matriz cultural indígena que fundamenta a vida cotidiana em ambas. Essas ações podem contribuir para uma maior aceitação da reafirmação étnica que vem ocorrendo no rio Tapajós e da diversidade cultural que, aliás, marca profundamente a região, como o país inteiro.

Finalizando esse artigo, convém apontar que foi importante perceber que os professores, em especial os de História, podem contribuir a mudar a situação complexa que envolve indígenas e não indígenas, dando ênfase, com criatividade, ao protagonismo que a historiografia e a antropologia atribuem, mediante inúmeras pesquisas científicas, aos povos indígenas. Desta forma, os alunos, assumindo-se como índios ou não, podem aprender, em plena igualdade, uma “outra história”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes orais

CORRÊA, Vanda, mais conhecido como Vanda, 59 anos, agricultora, moradora da comunidade de Pedra Branca. Entrevista cedida em 19/08 /2017,

FARIAS, Silvany Maria, mais conhecido como Sílvia, 39 anos, professora, moradora da aldeia Solimões. Entrevista cedida em 19/08/2017.

RODRIDUES, Suzete Matos, mais conhecido como Suzete, 69 anos, aposentada, parteira, moradora da aldeia Solimões. Entrevista cedida em 29/08/2017.

2. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs). Resistência e mobilização de Povos Indígenas do Baixo Tapajós. **Caderno Nova Cartografia**, Manaus, n. 1, jun. 2014.

ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 63-88, 2014.

ARENZ, Karl Heinz. Anticabocismo. **Revista de Estudos de Cultura**, Aracaju, n. 3, p. 27-38, set./dez. 2015.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas: conhecer para respeitar [Introdução]. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; HABCKOST Maria Izabel; ZEN, Dalla; FREITAS, Maria Luiza Xavier (orgs). **Povos indígenas & Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

BERGAMIN, Ana Maria Neves. **Interações: raízes históricas brasileiras**. São Paulo: Blucher, 2012.

FREITAS, Itamar. A experiência indígena no ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministerio da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. **Carater educativo do Movimento Indigena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

República Federativa do Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, 20/12/1996. Disponível em <http://grad.unifesp.br/alunos/cg/Idb/LDB.pdf>. Acesso em: 21/10/2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 16ª ed. São Paulo, 2000.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica do povo indígena no baixo Rio Tapajós, Amazonia.** Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciências Humanas, Salvador, 2010.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. O movimento indígena no Baixo Rio Tapajós. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.15, n. 2, p. 279-313, dez. 2012.